

CORREIO NACIONAL



José Cruz/Agência Brasil

Mais Ensino Médio já está disponível

MEC lança curso de 180 horas para professores

O Ministério da Educação (MEC) lançou, na quinta-feira (21), o curso Mais Ensino Médio para formação de professores desta etapa do ensino básico.

O curso virtual tem duração de 180 horas e já está disponível na plataforma de aprendizagem Avamec. Para acessá-la, o interessado deve digitar o login pelo portal Gov.br, se cadastrar e informar dados pessoais, vínculos profissionais e a formação acadêmica.

O objetivo principal é melhorar a qualidade da

educação como um todo, por meio da transformação das práticas docentes e da valorização da juventude brasileira.

Ao mesmo tempo, a formação pretende promover uma reflexão crítica sobre o currículo e as políticas educacionais, entre elas, a Política Nacional do Ensino Médio (Pnaem), e como adequá-las às realidades das escolas públicas. A capacitação de docentes busca alinhar a teoria com a prática, abordando temas relevantes e contemporâneos.

Conflitos na Amazônia

Bioma estratégico para a regulação climática do mundo inteiro, lar de uma biodiversidade única e de diferentes culturas tradicionais.

Para além dos adjetivos e qualidades, a Amazônia também é lugar de conflitos e vulnerabilidades. O relatório Amazônia em Disputa, lançado nes-

ta semana em Bogotá, Colômbia, mapeia as áreas de fronteira, os principais atores e as dinâmicas que colocam a região em risco.

O estudo é uma parceria entre Instituto Igarapé, União Europeia e Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS).

Canetas emagrecedoras no SUS

A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) recomendou ao Ministério da Saúde não incorporar ao SUS a liraglutida e a semaglutida, princípios ativos de medicamentos agonistas GLP-1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras. O pe-

dido foi feito pela Novo Nordisk, farmacêutica fabricante do Wegovy, que tem como princípio ativo a semaglutida. Em nota, o ministério informou que as decisões da Conitec sobre a incorporação de medicamentos ao SUS “consideram as melhores evidências científicas disponíveis”.

Morte de quase 200 animais

Reações adversas possivelmente relacionadas ao uso da vacina Excell 10, contra clostridiose, podem ter resultado na morte de quase 200 animais, o que levou o ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a retirar de circulação os lotes 016/2024 e 018/2024 da vacina produzida pelo

laboratório Dechra Brasil Produtos Veterinários.

De acordo com o Mapa, até o momento foram registrados óbitos de 194 ovinos, 4 caprinos e 1 bovino.

A notificação informando sobre a situação foi dada pela Agência de Defesa Agropecuária do estado do Piauí no último dia 12 de agosto.

Mais família pagam aluguel

Apesar de a maioria dos brasileiros morar em casa própria já quitada, o país assistiu, nos últimos oito anos, crescer em 25% a proporção de famílias que pagam aluguel. Ao mesmo tempo, a parcela de lares que podem ser chamados de “meu” diminuiu 8%. Em 2016,

quando o país tinha 66,7 milhões de domicílios, 12,3 milhões eram alugados, o que representa 18,4% dos lares. Em 2024, o Brasil tinha 77,3 milhões de residências, sendo 23% deles (7,8 milhões) alugados. Esse aumento de 4,6 pontos percentuais equivale a 25%.

30% de casas sem esgoto

Dos cerca de 77 milhões de domicílios que o Brasil tinha em 2024, 29,5% não tinham ligação com rede geral de esgoto. Isso representa três em cada dez. Os dados constam na Pnad Contínua, divulgada nesta sexta-feira (22) pelo IBGE. O levantamento compara a situação de

2024 à de 2019. Cinco anos antes, o país tinha 68% dos lares ligados à rede geral e 32% sem ligação. O grupo de 70,4% dos domicílios com acesso à rede geral inclui os endereços com ligação do banheiro a uma rede coletora e ainda as residências com fossa séptica ligada à rede.

Proporção de quem mora só cresce 52% em 12 anos

Um em cada cinco domicílios tem apenas um morador

A proporção de brasileiros que moram sozinhos saltou 52% no intervalo de 12 anos. Em 2024, 18,6% dos domicílios eram habitados por apenas uma pessoa, o que equivale a aproximadamente um em cada cinco. Em 2012, essa parcela era de 12,2%.

Em 2012, o Brasil tinha 61,2 milhões de endereços, sendo 7,5 milhões com um morador. Em 2024, eram 77,3 milhões de lares, sendo 14,4 milhões com apenas uma pessoa.

A constatação faz parte de uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta sexta-feira (22) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O analista da pesquisa, William Kratochwill, aponta que o crescimento de residências com apenas um morador está associado ao envelhecimento da população. De acordo com a Pnad, em 12 anos, a parcela de pessoas com 65 anos ou mais de idade passou de 7,7% para 11,2%.

“Quarenta por cento das unidades unipessoais [com um único morador] no Brasil são ocupadas por pessoas de 60 anos ou mais”, informa.

“São aqueles que acabam ficando viúvos ou que viviam com família, e os filhos vão ter suas próprias famílias, e isso



Tânia Rêgo/Agência Brasil

Um em cada cinco domicílios tem apenas um morador, aponta pesquisa do IBGE

faz com que eles vão ficando cada vez mais sozinhos no sentido de residência”, completa Kratochwill.

Migração para trabalho

O pesquisador assinala que o mercado de trabalho também é um indutor para aumento de lares unipessoais.

“Nos grandes centros é mais comum as pessoas migrarem para trabalho, primeiro vão sozinhas para se estabelecer em um novo emprego”, diz.

A pesquisa detalha que, em quatro estados, a proporção

de residências com apenas um morador supera 20%:

- Rio de Janeiro: 22,6%
- Rio Grande do Sul: 20,9%
- Goiás: 20,2%
- Minas Gerais: 20,1%

Na outra ponta, quatro estados do Norte e o Maranhão ficam abaixo de 15%:

- Roraima: 14,7%
- Pará: 14,6%
- Amazonas: 14,1%
- Amapá: 13,6%
- Maranhão: 13,5%
- Mulheres e homens

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Dados do Inpe indicam melhor resultado desde 2019

Agosto mantém baixos índices de queimadas

Dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicam que agosto de 2025 reverteu a tendência de aumento em queimadas no país, com exceções no Pampa e na Caatinga, e apresentou o menor número absoluto de focos desde 2019, considerando o total de focos até o dia 22 de agosto em todos os anos. O monitoramento, que indica o total de focos de queimada, aponta queda substancial, de 59% do total de focos monitorados por satélite. Na última quarta-feira (20) o Mapbiomas já havia divulgado balanço de área queimada em julho, também a menor para o mês desde 2019.

O resultado é positivo pois agosto está no meio do período seco, que vai de maio a outubro. Em 2024 o país registrou 97.742 focos de queimada entre 01/01 e 22/08. Neste ano foram registrados, no mesmo intervalo, 39.740 focos. Apenas 9 das 27 Unidades Federativas tiveram aumento no número de focos em relação ao ano passado:

Amapá (40%), Bahia (18%), Ceará (6%), Paraíba (83%), Pernambuco (52%), Piauí (23%), Rondonia (47%), Rio Grande do Sul (9%) e Sergipe (91%). Destes, apenas Bahia, Piauí e Rio Grande do Sul registraram mais de 1000 focos. Mesmo com queda acentuada, de 69%, o Mato Grosso foi novamente o estado com mais focos, 19.032 registrados em 2024 frente a 5.760 registrados este ano, segundo melhor resultado do estado na série histórica do INPE, superando somente o total de focos em 2011, quando 5.468 foram registrados no período.

Os motivos potenciais são vários. Para o Mapbiomas, a melhora é relacionada principalmente ao retorno das chuvas no inverno, mas também a um uso menor do fogo como instrumento de preparação de terrenos, principalmente em estados da Amazônia. Em julho eles já haviam indicado que o Cerrado foi o bioma com maior área queimada no período, com 1,2 milhão de hectares – metade de toda a área queimada no Brasil em

2025. Na Amazônia, uma área de 1,1 milhão de hectares foi queimada entre janeiro e julho, uma redução de 70% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número representa a menor área queimada na Amazônia no período desde 2019. No levantamento do INPE esses patamares permanecem considerando o mês de agosto.

Em São Paulo, onde a Defesa Civil estadual registrou queda de 75% nos focos na primeira quinzena do mês, houve investimento em monitoramento e treinamento de equipes locais de resposta, somados às melhores condições climáticas. O estado mantém equipes de prontidão desde o começo da estiagem. Entre os dias 1º e 15 de agosto foram contabilizadas 148 ocorrências em 2025. Em 2024 foram 548.

Todo o centro, norte e noroeste paulistas estão em alerta desde a última quarta-feira, quando foram considerados áreas de risco elevado para queimadas e incêndios espontâneos.

Entre os 14,4 milhões de pessoas que moravam sozinhas em 2024, a maioria era homem (55,1%); e 44,9%, mulheres.

Entre os homens, a maior parte (57,2%) fica na faixa etária de 30 a 59 anos. “Pode ser também a história da pessoa que se separa, e os filhos ficam normalmente com a mulher”, acredita. “Aqueles que arrumam uma nova ocupação no outro estado e vão primeiro se estabilizar para, quem sabe, depois levar a família, ou algo que seja considerado temporário de um ano ou dois anos”, complementa.

Especialista cobra prioridade à alfabetização

Até o fim de 2025, o Brasil espera que ao menos 64% dos estudantes concluintes do 2º ano do ensino fundamental estejam plenamente alfabetizados. Isso significa serem capazes de ler frases e textos curtos e, ainda, localizar informações explícitas em textos curtos, como os de bilhetes ou crônicas, entre outras habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A meta foi estabelecida no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) do Ministério da Educação (MEC), lançado em 2023, que opera em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Para o CEO da Fundação Lemann, Denis Mizne, o país precisa dar prioridade política para a alfabetização e compreender que, apesar de ser considerado um assunto “velho” na pauta de educação, o problema ainda não foi superado.

Em entrevista à Agência Brasil, ele comentou os desafios a serem superados para que o patamar de 80% das crianças alfabetizadas possa ser alcançado e destacou a necessidade de melhorar a aplicação dos recursos do programa e empenhar esforços para buscar as crianças mais vulneráveis dentro de cada escola e rede de ensino.

Em 2024, a proposta do compromisso nacional foi de ter 60% dos estudantes alfabetizados, mas as redes de ensino “passaram raspando”: 59,2% dos 2 milhões de crianças brasileiras avaliadas pelos estados nessa etapa de ensino, em 42 mil escolas brasileiras, alcançaram o Indicador Criança Alfabetizada, ou seja, foram consideradas alfabetizadas. Para 2030, a meta é mais ambiciosa: no mínimo, 80% das crianças brasileiras devem saber ler e escrever ao fim do 2º ano do ensino fundamental.